

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.306.141 - RS  
(2011/0216414-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : KARINA ROSA BRACK E OUTRO(S) - RS066055**  
**EMBARGADO : LEILA DOS REIS MARTINS**  
**ADVOGADO : LYNSEI BIAZZETTO E OUTRO(S) - RS044570**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. PRETENSÃO DE REDISCUTIR A CAUSA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.
2. Não ficou demonstrada qualquer obscuridade, que se caracteriza pela ausência de clareza no teor do provimento judicial, de modo que reste dúvida ou até mesmo incompreensível a sua fundamentação ou a sua conclusão.
3. A contradição que autoriza a oposição de embargos de declaração é a interna, ou seja, aquela entre proposições do próprio julgado. O descontentamento com as conclusões do julgado não enseja a contradição prevista no art. 1022, I, do CPC/2015.
4. Verifica-se, portanto, a pretensão exclusiva de se rediscutir a causa, a fim de modificar a decisão embargada, o que não se coaduna com a via dos aclaratórios. Precedentes.
5. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator

